



PODER

Governo adia votação de MP desidratada

Comissão aprova texto com alternativas à elevação do IOF, mas placar apertado acende alerta e faz Planalto protelar apreciação nos plenários do Congresso. Mudanças, como recuo no aumento da tributação de bets, reduzem a estimativa de arrecadação

» ISRAEL MEDEIROS
» EDUARDA ESPOSITO

Na véspera de a Medida Provisória (MP) 1.303 perder a validade, o Planalto conseguiu avançar com a matéria, que aumenta taxas para fintechs e altera a tributação de bets. No entanto, com placar apertado na comissão mista (foram 13 votos a 12), governistas combinaram com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), mais tempo para articular com deputados em busca de votos para aprovar a MP. O texto tem até o fim do dia para ser avalizado nos plenários da Câmara e do Senado. A MP é importante para a equipe econômica, que contava com o aumento de taxas sobre determinados setores para melhorar as contas a partir de 2026. O texto, no entanto, sofreu desidratações por pressões de diversos segmentos econômicos, e a matéria, que antes previa arrecadação de R\$ 35 bilhões para o próximo ano, agora estima R\$ 17 bilhões.

A equipe econômica do governo minimizou as mudanças e disse que o processo é natural. “Obviamente, como em qualquer acordo, houve concessões mútuas da Câmara, do Senado, do próprio governo para chegar a um texto que pudesse ser apreciado com grandes chances de ser votado hoje (ontem) na comissão (especial) e já no plenário da Câmara, a tempo de que o Senado possa aprovar com conhecimento das tratativas que foram feitas”, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na tarde de ontem, depois de uma reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Também estiveram presentes os líderes do governo no Congresso e no Senado e o relator da matéria, deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Entre as principais mudanças, está o recuo na tributação de 5% das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito Agropecuário (LCA). Segundo o texto

aprovado, essas modalidades continuam isentas de taxas. A mudança se deu após pressões do setor agropecuário e do imobiliário, que argumentaram que, em um cenário de taxas de juros altas, os investimentos perderiam atratividade, o que poderia prejudicar o financiamento de projetos em ambos os segmentos.

“Entendeu-se que, com a taxa de juros muito elevada, corria-se o risco de um ou outro investimento ser prejudicado num momento em que a Selic está a 15%. Então, houve, da parte de muitas pessoas ligadas ao setor produtivo, o apelo para que isso fosse considerado em outra oportunidade, e não nesta MP”, explicou Haddad.

Jogo on-line

Outro ponto em que houve recuo foi no aumento de taxaço sobre as receitas de bets. No texto enviado pelo governo, havia a previsão de alta na taxaço de receitas das casas de apostas dos atuais 12% para 18%. Esse aumento deu lugar a um programa para recuperar recursos não tributados na atividade de bets nos anos anteriores à regulamentação no Brasil. Segundo Haddad, as bets pagarão por três anos uma alíquota de 30%, sendo 15% a título de imposto e outros 15% a título de multa. Nesse período, segundo Haddad, a Receita Federal terá tempo para aferir o impacto do setor, e o tema poderá ser revisado no Congresso.

“Houve um entendimento de que a Receita Federal teria muita dificuldade em cobrar pelo passado. O governo anterior, como vocês sabem, não cobrou os impostos devidos pelas bets. Porque toda atividade econômica tem que ser tributada, independentemente da regularização. Tem que ser tributada. E há um esforço da Receita Federal de identificar as bets que operaram no país, tiveram lucros exorbitantes, remeteram divisas para fora do país, porque o governo anterior não zelou com as cautelas devidas para fazer valer a legislação”, frisou.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Presidente da comissão mista, o senador Renan Calheiros (D) refutou tentativas da oposição de adiar votação



A gente fez um esforço muito grande de buscar um acordo que levasse a uma votação expressiva. Dialogamos muito com a Frente Parlamentar do Agronegócio, atendemos a praticamente todas as reivindicações que eles tinham. E eles não corresponderam em número de votos”

Carlos Zarattini (PT-SP), relator

Placar apertado e críticas

Na Comissão Especial Mista, o texto da MP 1303 foi aprovado com uma margem apertada: 13 a 12. Ao longo da discussão, a oposição tentou retirar o tema de pauta e impedir a votação. Diversos deputados de oposição ingressaram na comissão de última hora ao longo do dia, para ajudar na articulação contra o texto.

As questões de ordem, no entanto, foram rejeitadas uma a uma pelo presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL). Um dos deputados que ingressou na comissão ontem foi o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). “Aprovar a MP 1303 é abrir as portas para o maior uso eleitoral de dinheiro público desde o mensalão”, criticou Cavalcante.

O deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

(FPA), também fez críticas ao texto. “Hoje, para a agropecuária brasileira, não há ganho algum em relação a esse texto da medida provisória, a não ser R\$ 20 bilhões de crédito a mais para o governo”, disse.

O relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), reclamou do posicionamento dos representantes do agro que não apoiaram o texto. “A gente fez um esforço muito grande de buscar um acordo que levasse a uma votação expressiva. Dialogamos muito com a Frente Parlamentar do Agronegócio, atendemos a praticamente todas as reivindicações que eles tinham. E eles não corresponderam em número de votos, né? Também vimos que outros que haviam se comprometido não votaram”, reclamou. **(IM e EE)**

IR: até 30 dias no Senado

» VANILSON OLIVEIRA

Escolhido pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para relatar o projeto de isenção do Imposto de Renda, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) deixou claro que trabalhará para evitar que o texto retorne à Câmara, o que atrasaria a sanção presidencial.

“O que tiver que ser emendado, será emendado. O que tiver que ser suprimido, será suprimido. Mas nosso esforço é para que a matéria não volte à Câmara”, frisou. E elevou o tom ao comentar a etapa anterior da tramitação: “Lá na Câmara dos Deputados, ela serviu, lamentavelmente, como um instrumento de chantagem e de pressão contra o governo e até sobre a pauta do Poder Legislativo”.

O relator comparou os prazos e projetou uma votação mais rápida no Senado. “Acho que não demorará 30 dias, o que é muito pouco diante dos sete meses que demorou a tramitar na Câmara dos Deputados. E nós vamos envolver a sociedade nesse debate, o governo e todos os que puderem, de uma forma ou de outra, contribuir para que o Senado faça o que de melhor tem o que fazer com relação à isenção do Imposto de Renda”, disse.

A proposta, uma das principais bandeiras de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi aprovada na Câmara por 493 votos a favor e nenhum contra. Segundo o texto, haverá isenção total do IR para quem ganha até R\$ 5 mil e descontos parciais para até R\$ 7.359 por mês. Para compensar a renúncia, prevê-se alíquota mínima de 10% sobre rendimentos acima de R\$ 50 mil/mês e aumento de tributação para rendimentos superiores a R\$ 600 mil anuais. A estimativa é beneficiar 15,5 milhões de contribuintes.

Quando estava na Câmara, a proposta teve o deputado Arthur Lira (PP-AL) como relator. Ele é adversário político de Calheiros em Alagoas.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Memória da ditadura dificulta redução das penas de Bolsonaro e generais

O ato em defesa da anistia para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e demais condenados por tentativa de golpe de Estado, realizado ontem na Esplanada dos Ministérios, demonstra a fragilidade política da proposta. Batizada de “caminhada pela anistia”, a manifestação buscava pressionar a Câmara dos Deputados, onde a chamada “PEC da dosimetria” está paralisada no gabinete do relator, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP).

Durante o ato, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tentou animar seus apoiadores: “Não tem sido fácil. Assim como ele (Bolsonaro) não baixou a cabeça, nós não vamos baixar a nossa. Estamos a um passo de conseguir aprovar essa anistia”. Já a deputada Bia Kicis (PL-DF) criticou o abrandamento das penas e rejeitou negociações com o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF): “Não queremos qualquer coisa. Não queremos dosimetria. Nós queremos Bolsonaro”.

A comparação insistente com a Lei de Anistia de 1979, contudo, tem sido um tiro no pé. Em pleno ciclo de revalorização

da memória das vítimas da ditadura, o país presencia solenidades em que o Estado brasileiro reconhece oficialmente assassinatos cometidos por seus agentes. Hoje, o Ministério dos Direitos Humanos e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos realizam, na Faculdade de Direito da USP, a 2ª entrega de certidões de óbito retificadas — 102 ao todo — com a inscrição: “Morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população, identificada como dissidente política por regime ditatorial instaurado em 1964”. Desde janeiro, por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cartórios de todo país estão emitindo essas certidões.

Há exatamente 50 anos, o advogado e jornalista Orlando Bomfim Junior, dirigente do antigo PCB e responsável pelo jornal Voz Operária, foi sequestrado em Vila Isabel e levado para São Paulo, onde foi assassinado com injeção de matar cavalo e jogado num rio. Seu corpo nunca apareceu. Capixaba de Santa Teresa, radicou-se em Belo Horizonte, onde cursou direito

na Universidade Federal de Minas Gerais. Também exerceu a profissão de jornalista, tornando-se, ainda jovem, secretário de redação no Estado de Minas. Em 1946, foi eleito vereador em Belo Horizonte. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em outubro de 1943, documento esse que acelerou a derrubada do Estado Novo.

Anistia reabre feridas

Em 1958, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde dirigiu o diário Imprensa Popular e a revista Novos Rumos. Orlando era casado com Sinésia de Carvalho Bomfim e pai de seis filhos. Em 8 de outubro de 1975, 17 dias antes da morte de Vladimir Herzog, um filho de Orlando Bomfim recebeu telefonema anônimo, em que algum amigo de seu pai comunicava a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à ABI — Associação Brasileira de Imprensa. Foi impetrado um habeas-corpus em seu favor junto ao Superior Tribunal Militar

pelo advogado Humberto Jansen Machado, da ABI.

Em 31 de outubro, a família recebeu a informação, por meio de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-Codi/RJ. Mas, 11 dias depois, o I Exército informava que ele não estava e nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica, ninguém assumia sua prisão. De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-Codi/SP Marival Dias Chaves do Canto, (Veja de 18/11/1992), Orlando foi assassinado com uma injeção para matar cavalos. Foi capturado no Rio de Janeiro pelo DOI-Codi de São Paulo e levado para um cárcere na Rodovia Castelo Branco, onde foi executado, sendo seu corpo jogado na represa de Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré (SP) e a rodovia Castelo Branco.

Dezessete dias após seu desaparecimento, o país foi chocado pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, morto sob tortura em 25 de outubro de 1975 nas

dependências do DOI-Codi paulista. A versão oficial — suicídio com um cinto — caiu por terra graças a testemunhos e à persistência da sociedade civil. Herzog, que havia retornado da BBC em Londres para trabalhar no Brasil, tornou-se o ícone da luta por verdade e justiça. Cinquenta anos depois, um ato inter-religioso na Catedral da Sé reafirmará seu legado.

Essas lembranças corroem a tentativa de vitimizar Bolsonaro e equiparar condenações judiciais legítimas a perseguições políticas. Diferentemente dos opositores da ditadura, que foram presos, torturados e mortos por lutar pela democracia, o ex-presidente foi julgado com direito a ampla defesa, sob o império da Constituição de 1988. A memória da ditadura desmoraliza o argumento da anistia e devolve ao debate público a consciência de que democracia e impunidade são incompatíveis. Nesse contexto, até mesmo a “PEC da dosimetria” nasce sem legitimidade moral e política. A defesa da anistia, longe de absolver, reabre feridas que o país ainda tenta cicatrizar.